

Proposta de GT: Experiências agroecológicas em perspectiva: contextos, atores e estratégias

Coordenadores: Luís Antonio Barone (UNESP/UNIARA) – Região Sudeste

Alfio Brandenburg (UFPR) – Região Sul;

RESUMO: A disseminação da agroecologia no país enseja estudos dessa alternativa à virtual hegemonia do agronegócio. Sua potencialidade crítica frente à estrutura agrária vigente – com forte incidência nos movimentos sociais e nos assentamentos de reforma agrária – garante a sustentação de um espaço ao mesmo tempo econômico e político, explorando possibilidades e limites do status quo. A emergência climática tende a fortalecer essa perspectiva, na medida em que a agroecologia estimula maior resiliência frente à crise ambiental, além da produção de alimentos saudáveis – gerando trabalho e renda para os camponeses, segurança e soberania alimentar às comunidades locais. Os objetivos deste GT giram em torno da avaliação socioeconômica, política e cultural dos experimentos agroecológicos levados a cabo por distintos segmentos sociais do campo - inclusive agentes econômicos não necessariamente destituídos. Se a perspectiva aqui proposta tem interface com temas como políticas públicas, reforma agrária, gênero e sustentabilidade, transição ecológica dos sistemas agroalimentares, seu eixo central está na discussão dos contextos, nos atores e nas estratégias que mobilizam a ecologização e ou transição agroecológica no Brasil.

GT: Experiências agroecológicas em perspectiva: contextos, atores e estratégias

Coordenadores: Luís Antonio Barone (UNESP/UNIARA) – Região Sudeste

Alfio Brandenburg (UFPR) – Região Sul;

Ementa:

A agroecologia, que originalmente se propôs a promover rupturas com os sistemas agroalimentares capitalistas, tem se tornado um tema de estudos e de experimentos que se mostra presente em todas as regiões do país. Fortemente patrocinada por movimentos sociais – como o MST e a Via Campesina (BARCELLOS, 2010) - e ONGs, tem também o apoio crescente das instituições universitárias, conformando um campo social específico, com múltiplas interfaces com outros aspectos da vida rural. O crescimento dos estudos, dos grupos de pesquisa e extensão (como os Núcleos de Estudo e Extensão em Agroecologia - NEEAs) e dos experimentos tem produzido uma proliferação de debates que precisam de um balanço e perspectiva. A atual emergência climática, nesse contexto, tem estressado sobremaneira os biomas (muitos já devastados) e mesmo os sistemas agroalimentares instalados, gerando tensões, manifestadas, por exemplo, pela chamada inflação dos alimentos, como também perspectivas de mudanças – até mesmo na agricultura mais capitalizada (ABREU et al., 2012).

Tais experiências de transição agroecológica, em tese, se contrapõem ao fluxo capitalista associado à produção de commodities em geral ao incentivar o abandono do pacote tecnológico industrial, concentrando sua atuação na produção de cultivares “limpos” de agroquímicos, revalorizando conhecimentos comunitários tradicionais e incentivando mercados agroalimentares locais de varejo, cada vez mais acessíveis – ao menos na sua proposição - às camadas mais pobres da população (SEVILLA GUZMAN, 2006). Também, na medida em que se conjuga com os movimentos de luta pela reforma agrária, evidencia uma potencialidade crítica frente à estrutura agrária vigente, garantindo a sustentação de um espaço ao mesmo tempo econômico e político, explorando possibilidades e limites do status quo (ALTIERI, 2010).

Tais experimentos, no entanto, demandam a formação de um setor especializado de técnicos e outros mediadores políticos, bem como rearranjos socioprodutivos nas próprias comunidades e organizações de agricultores, mesmo que saberes tradicionais sejam revalorizados e ressignificados. As políticas públicas de incentivo à agroecologia – como a PNAPLO - criadas num contexto de ascensão das forças progressistas, atualmente vivem impasses tanto em termos de direção quanto de financiamento, ampliando as tensões e contradições dessa problemática.

Por um lado, grupos de agricultores não necessariamente destituídos, buscam uma transição agroecológica, confrontando-se com propostas mais radicais e indicando caminhos de acomodação aos mercados e estruturas consolidadas (NORDER et al., 2016). Nesse contexto vale destacar um processo de transição de agricultores familiares empresariais assim como atores capitalizados que exploram um nicho de mercado com produtos dirigidos para o mercado externo, como soja, café, etc. Por outro lado, grupos antes pouco visibilizados identificados como populações tradicionais estabelecidos em territórios afirmam-se mediante ecologias, que não passam necessariamente por uma padronização de arranjos conforme as diversas correntes já bastante conhecidas como agroecologia, agricultura orgânica, agricultura biodinâmica, permacultura etc.. Essas ecologias ainda pouco visibilizadas desenvolvem práticas sociais e produtivas relacionadas com conhecimento de origem ancestral configurando diálogo de saberes singulares que merecem uma análise específica. Nesse sentido, não passam necessariamente por um processo de transição ecológica, em que substituem modelos organizacionais de produção e organização agroindustriais. Ecologizam-se, mediante uma visão de mundo e formas de vida, segundo parâmetros em que a natureza é constantemente reapropriada e reconstruída. A centralidade dessas experiências não está nas práticas agrícolas, mas num projeto ecológico que engloba um modo de viver ou um mundo da vida ecológico. Formam o que a literatura designa como “territórios da diferença” (ESCOBAR, 2015) com características específicas. Pelo equilíbrio na relação entre atores e natureza, esses territórios revelam-se fundamentais no restabelecimento das condições ecológicas de vida sustentáveis e no reequilíbrio climático. Em tempos de “emergência climática” as ciências socioambientais têm um papel fundamental na sua análise. Transição e ecologização designam, nesse sentido, processos que podem apontar diferentes caminhos de construção de um projeto ecológico. Certamente diferentes modelos de experiências ecológicas podem se cruzar em um pragmatismo que somente populações tradicionais, camponeses e agricultores familiares são capazes de construir. Essas perspectivas remetem a aportes analíticos que podem evidenciar diferentes ecologias envolvendo diferentes atores e estratégias.

O objetivo do GT “Experiências agroecológicas em perspectiva: contextos, atores e estratégias” é proceder a um balanço crítico dessa crescente produção acadêmica, avaliando as perspectivas de ecologização e transição, limites e possibilidades ali indicados. Há interfaces com outras temáticas, como políticas públicas – na medida em que a consolidação de uma agricultura limpa de agroquímicos e conservadora do meio-ambiente é pauta urgente, mesmo que não privilegiada como devido (NIEDERLE et al., 2019) – e, também, a reforma agrária, dada a incidência de propostas de transição agroecológica no contexto dos assentamentos rurais. Da mesma forma, o evidenciado protagonismo feminino em experimentos de transição tangencia a temática de gênero (FERREIRA; MATOS, 2017), da mesma forma que a ativação de mercados locais (via circuitos curtos de comercialização) e a transição ecológica dos sistemas agroalimentares, ensejam um debate virtualmente coincidente com as proposições de desenvolvimento territorial endógeno. No entanto, o objetivo específico do GT – e dos trabalhos a ele consignados - deve girar em torno da avaliação socioeconômica, política

e cultural dos experimentos agroecológicos levados a cabo por distintos segmentos sociais do campo - inclusive agentes econômicos capitalizados. Se a perspectiva aqui proposta tem interfaces várias, seu eixo central está na discussão dos contextos, nos atores/agências e nas estratégias que mobilizam a ecologização e ou transição agroecológica no Brasil.

Referências:

BARCELLOS, S. B. A formação do discurso da agroecologia no MST. (Dissertação de Mestrado em Ciência Sociais), Rio de Janeiro, UFRRJ, 2010.

ABREU, S.L.; BELLON, S.; BRANDENBURG, A. et al. Relações entre agricultura orgânica e agroecologia: desafios atuais em torno dos princípios da agroecologia. *Desenvolvimento e Meio Ambiente*, v. 26, p. 143-160, Editora UFPR, jul./dez. 2012.

ALTIERI, M. Agroecologia, agricultura camponesa e soberania alimentar. *REVISTA NERA – ANO 13, No. 16 – JANEIRO/JUNHO DE 2010*.

ESCOBAR, Arturo. Territorios de diferencia: la ontología política de los “derechos al territorio”. *Desenvolv. Meio Ambiente*, v. 35, p. 89-100, dez. 2015.

NORDER, L.A.C.; CLAIRE LAMINE, S.B.; et al. AGROECOLOGIA: POLISSEMIA, PLURALISMO E CONTROVÉRSIAS. *Ambiente & Sociedade n São Paulo v. XIX, n. 3 n p. 1-20 n jul.-set. 2016*.

NIEDERLE, P.A.; SABOURIN, E. A trajetória brasileira de construção de políticas públicas para a agroecologia. *Redes (Santa Cruz do Sul. Online)*, v. 24, n. 1, p. 270 - 291, janeiro-abril, 2019.

FERREIRA, A.P.L.; Mattos, L.C.. Convergências divergências entre feminismo e agroecologia. *Ciência e Cultura*, v. 69, n. 2, p. 38-43, 2017.

SEVILLA GUZMAN, E. De la sociologia rural a la agroecologia. Córdoba, Icaria Editorial, 2006.